



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1
2
3
4 **AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE, no auditório da Sala**
5 **de Reuniões da Secretaria Estadual de Saúde – SESAU, Praça dos Girassóis, Plano**
6 **Diretor Sul, Palmas – TO.** Deu início às quatorze horas (14h30) em segunda chamada,
7 constatando que existe quórum suficiente, a **9ª Reunião ordinária de 2015 do Conselho**
8 **Municipal de Saúde-CMS.** A reunião foi coordenada, inicialmente pelo Presidente do
9 Conselho Municipal de Saúde, LEONEL DOS SANTOS VAZ, representante do segmento dos
10 usuários, e assessorada pela secretária executiva do CMS GLEIDIANE RODRIGUES SILVA
11 FONSECA. Estavam presentes os (as) conselheiros (as) municipais de saúde: **LEONEL DOS**
12 **SANTOS VAZ, GIANCARLO MONTEMOR QUAGLIRELLO, JOÃO CARDOSO LIMA**
13 **(UBALDO), MÚCIO BRECKENFELD FERNANDES, WISLLAY MACIEL BASTOS, FAGNER**
14 **ARAÚJO LUZ, ALESSANDRO FARIAS PANTOJA, ANDRE RIBEIRO, ANTONIO SARAIVA,**
15 **LUIZ FERNANDO AMARAL NEINFE, RENATA MOREIRA, JOSEANE ARAÚJO FRANCO,**
16 **MARCELINO VIANA, MARCOS ANTONIO SOARES, RENATO SOUSA.** A pauta foi lida pelo
17 conselheiro presidente e apreciada pelo pleno. Após isto, a pauta foi aprovada seguindo as
18 discussões: O conselheiro LEONEL DOS SANTOS VAZ inicia a leitura da pauta, que foi
19 aprovada. Fez um breve comentário, antes do início da reunião. Solicitou uma declaração para
20 agradecimento ao esposo da conselheira Joseane pelos audios (spot s peças de divulgação
21 para mídia e redes sociais em em referencia a importância do CMS). Parabenzou
22 antecipadamente a conselheira Joseane Franco pelo aniversário na próxima terça-feira 13/09.
23 Informou a existência do PNGC – Plano Nacional de Gestão de Custos. No TO implantado no
24 HIIP (Hospital Infantil de Palmas) e HGPP (Hospital Geral Público de Palmas). Sugeriu aos
25 conselheiros acessarem o programa para a possibilidade de implantação no próximo ano no
26 município, enfatizou que o Sistema é gratuito. **ITEM 01 – Presença e ausência justificadas**
27 **dos/as conselheiros/as Presidente Conselheiro Leonel Vaz;** Registra-se que justificaram de
28 ausências: HEBER OLIVEIRA, ALANA BARBOSA RODRIGUES e LIGIA. **ITEM 02:**
29 **Ofícios/memorandos/ convites recebidos.** LEONEL DOS SANTOS VAZ fez a leitura dos
30 ofícios recebidos Defensoria Pública do Tocantins (DPTO) solicitando a presença do conselheiro
31 Marcos Antonio Soares em agendada a reunião dia 14/09/2015; Ofício nº 035/2015 – agendada
32 o atendimento; Ofício 103/2015-relatório preliminar de auditoria nº 15629 – encaminhado as
33 comissões responsáveis para apreciação e resposta no prazo de 15 dias; Memo 100/2015:
34 Gabinete do secretário solicitando participação de representantes do CMS na reunião FESP.
35 Informativo: A contribuição que o SUS precisa. (leitura). **ITEM 03 Deliberação das Atas de**
36 **fevereiro, março e maio, (ordinárias e extraordinárias)** A conselheira JOSEANE ARAUJO
37 FRANCO solicitou a retirada do item de pauta, tendo em vista a necessidade de correção das
38 atas. WISLLAY MACIEL BASTOS informou que leu as atas, que apresentam erros de grafias.
39 Sugeriu postergar para correção e pediu para que possa ceder mais um pouco mais de prazo
40 para serem corrigidas. JOAO CARDOSO LIMA (UBALDO) informou que não leu nenhuma das
41 atas. LEONEL DOS SANTOS VAZ sugeriu prorrogar para a leitura das atas e na próxima
42 reunião retorno a pauta. **ITEM 04 – Base descentralizada de Taquarussu SAMU 192.**
43 WISLLAY MACIEL BASTOS sugeriu retirar esse ponto de pauta, e antecipar o tem 8 – Contrato
44 da SEMUS com a Tecnocapital e com a Fisiocorp, devido a assessoria jurídica esta presente e
45 ter compromisso em outro horário. LEONEL DOS SANTOS VAZ colocou em votação a
46 proposta de Wisllay Maciel Bastos, a favor de vir em outra reunião - 10, não concorda – 01 –
47 Eduardo Braga (CRM), alegou que o CMS não pode impor a colocação de pauta, abstenção-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

48 **02. ITEM 05 –Apresentação e deliberação do Plano de trabalho da comissão de**
49 **planejamento.** JOSEANE ARAUJO FRANCO sugeriu retirada de pauta, considerando que a
50 coordenadora da comissão não está presente, além de alguns membros não terem participados
51 da confecção do plano, sugeriu que após discussão entre os membros, retorne na próxima
52 reunião ordinária do pleno. LEONEL DOS SANTOS VAZ corroborou com a fala de Joseane
53 marcando a reunião para 14/09 com a participação de todos os membros, às 14h para
54 discussão do plano de trabalho da comissão. RENATA MOREIRA enfatizou a presença os
55 conselheiros membros da comissão nessa reunião para discutir o plano. JOSEANE ARAUJO
56 FRANCO solicitou também a presença da comissão de ouvidoria e fiscalização para elaborar
57 em conjunto o plano de trabalho desta comissão. **ITEM 06 – Alteração da resolução da**
58 **comissão de ouvidoria e fiscalização** JOSEANE ARAUJO FRANCO informou que solicitou
59 esse item de pauta, pelo fato de ter havido questionamentos de alguns membros do CMS
60 sobre a participação do conselheiro Alessandro (gestão) na referida comissão. Acha que é
61 imoral e ilegal a participação dele nessa comissão de ouvidoria e fiscalização. MARCOS
62 ANTONIO SOARES ressaltou que concorda com a conselheira Joseane, que considera ilegal a
63 participação de representante da gestão na comissão. WISLLAY MACIEL BASTOS informou
64 que há 25 anos no serviço público, não entende o que há de imoralidade na participação de
65 um conselheiro da gestão na comissão. Criticou que o conselho necessita trabalhar a reforma
66 da lei, rever a questão da paridade no conselho, questionou a presença dos usuários de
67 usuários no conselho. RENATA MOREIRA referindo ao Wisllay, lembrou da necessidade de
68 participação social, mas há dificuldade dos usuários, principalmente da zona rural de
69 participarem por muitos motivos. Lembrou que as reuniões são em horário comercial, até para
70 os alunos por exemplo, fica complicado a participação, devido a não liberação da instituição. A
71 comissão de educação permanente esta trabalhando com a realização aos debates para
72 incentivar e estimular a participação dos usuários. JOSEANE ARAUJO FRANCO sugeriu que
73 fosse organizado po ano reuniões itinerante, com o exemplo, um mes na região sul, outro mes
74 na região central, assim sucessivamente. LEONEL DOS SANTOS VAZ reforçou que o horário
75 de reunião do CMS é para não haver a participação dos usuários. Corroborando com a fala da
76 Joseane, enfatizou que temos que pensar em conjunto nessa logística para promover essa
77 adesão dos usuários, e quanto a reforma da lei, está em fase final da proposta para
78 encaminhar ao pleno. WISLLAY MACIEL BASTOS reforçou sua fala inicial, sobre a
79 participação do conselheiro na comissão de fiscalização e ouvidoria, não deve ser vetada a
80 participação de qualquer conselheiro em comissões. A SEMUS é um órgão fiscalizador também
81 das ações de serviços e é importante a participação de todos os segmentos. MÚCIO
82 BRECKENFELD FERNANDES ressaltou que um representante da gestão é válida, orientou
83 fazer um convite do mesmo às reuniões com um mes de antecedência para poder participar
84 com frequencia. ANTONIO SARAIVA informou que a comissão é de 5 componentes, fazendo a
85 leitura dos membros: Joao Cardoso Lima(ubaldo), Antonio Saraiva, Marcos Antonio Soares,
86 Giancarlo Montemor e Alessandro Farias Pantoja. LEONEL DOS SANTOS VAZ colocou em
87 votação a permanencia de Alessandro Farias Pantoja na comissão, APROVADA com 10 votos,
88 01 abstenção e zero contra. ENCAMINHAMENTO: Alteração da composição da comissão de
89 fiscalização e ouvidoria para confecção de resolução **ITEM 07 – Tramitação de lei que altera**
90 **os PCCR dos servidores do quadro da saúde.** JOAO CARDOSO LIMA(UBALDO) esclareceu
91 que solicitou a inclusão de pauta, devido ter descoberto que havia um documento na câmara
92 dos vereadores para análise e aprovação de alterações PCCR dos servidores do quadro da
93 saúde. Enfatizou que na elaboração desses documentos, não foi permitida a minha
94 participação, provavelmente, devido ser representante de usuários, mas informo ter muita



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

95 experiência, talvez mais dos que estão a frente deste processo. Informou que sou conselheiro
96 que visita às unidade de saúde e informo ter recebido críticas negativas por cumprir o papel de
97 conselheiro de saúde. Enfatizou que durante às visitas as unidades de saúde, houve várias
98 versões dos profissionais e das equipes, onde descreveram que os salários e incentivos
99 financeiros são baixos. Questionou o que está sendo feito pela gestão, de que forma esta
100 sendo feita essa discussão, será que todas as categorias são contempladas nas mesas de
101 negociação? JOSEANE ARAUJO FRANCO alertou para a inclusão da meritocracia em
102 detrimento do plano PCCR, inclusive ressaltou que foi fala de prefeito Carlos Amastha em
103 campanha eleitoral e também aventou como propostas, membros da gestão, na conferência de
104 saúde. A palavra meritocracia vem do latim mereo que significa obter, merecer e pode ser
105 definida como forma de atuação baseada no mérito, na qual as posições hierárquicas e outras
106 recompensas são conquistadas pelos colaboradores que atingem os resultados esperados e
107 apresentam no dia a dia de trabalho as competências de liderança, técnicas e estratégicas
108 estabelecidas previamente pelas organizações. LUIZ FERNANDO NEINFE destacou que
109 alguns servidores da guarda metropolitana, o procuraram para saber como seria esse plano?
110 Orientou que a aprovação do plano será mediante a questão orçamentária, se a prefeitura não
111 tiver dotação orçamentária, não poderá fazê-lo. FAGNER ARAUJO sugeriu que todos os
112 sindicatos, conselhos das categorias profissionais possam participar das discussões do PCCR.
113 LEONEL DOS SANTOS VAZ lembrou que essa discussão é importante, desde a sua
114 permanência nesse conselho, nunca o PCCR passou pelo CMS, salientou que envolve
115 recursos financeiros. WISLLAY MACIEL BASTOS relatou que a SEMUS não participou na
116 elaboração do PCCR. Destacou que é uma ação da secretaria de administração. Informou que
117 por mês a SEMUS repassa aproximadamente R\$ 1.5000.000,00 em gratificação aos
118 servidores, os salários dos profissionais são baixos e as gratificações SUS, são para
119 complementar seus salários. Salientou que onerar ainda mais a SEMUS tem que ser discutido
120 criteriosamente. Lembrou que o governo federal e estadual não mantém as regularidades dos
121 repasses, a arrecadação do município está em franca queda. MARCOS ANTONIO SOARES
122 sugeriu a realização de audiência pública e convidasse a imprensa para discutir essa situação
123 do PCCV da saúde. ENCAMINHAMENTOS: Acompanhamento pela comissão de fiscalização e
124 ouvidoria, a verificação dos dados da realidade dos agentes comunitários de saúde(ACS),
125 Audiência pública com a presença do prefeito, secretaria de administração e da saúde
126 referente ao PCCR, insalubridade e equiparação salarial. **ITEM 08 – Contrato da SEMUS com
127 a Tecnocapital e com a Fisiocorp (objeto do contrato inicial e a execução do mesmo)**
128 Dra. Vaneska, informou que é assessoria jurídica da SEMUS desde 2010. Com referencia ao
129 Credenciamento da Techcocapital quanto a Legalidade informou que essa forma de
130 credenciamento é amparado no Art. 25 da Lei 866 de licitação e contratos. Ressaltou que
131 deve-se licitar para tudo, para aquisição, para o que for, seja qual for a secretaria. O
132 desenvolvimento econômico do estado é frágil, uma escassez de recursos foi feito uma norma
133 específica em 2001, ao Tribunal de contas, analisou e aceitou essa forma de ineligibilidade de
134 credenciamento. A SEMUS credencia alguns serviços devido a necessidade do município. Os
135 municípios com gestão plena (hoje não se usa mais esse termo),deve usar a tabela para o
136 credenciamento. A SEMUS não fará nada que não estiver em acordo com o rigor da lei. É
137 conhecido que os valores da tabela SUS são muito baixos em comparado aos praticados no
138 mercado e por isso ficou 6 meses sem os serviços, devido a essa questão, o que gerou uma
139 demanda reprimida. Com relação a complementação nesses dois casos Techocapital e
140 Fisiocorp, publicaram na na mídia informações que nos deixa envergonhados, frente aos
141 órgãos de fiscalização e controle. Um exemplo de privatização no serviço público, simples:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

142 consórcio. Passa-se a gestão de uma gestão a uma empresa para administrar. Nós não temos
143 todos os maquinários e laboratórios para atender a demanda da população, se acabar com os
144 credenciamentos como será os atendimento a população? Vivemos numa situação burocráticas,
145 e toda licitação tem um fluxo de tramitação. Quando o tribunal de contas permitiu ao município
146 de Palmas credenciar a prestação de serviços, colaborou com a administração dos serviços á
147 saúde. Ressaltou que há previsão legal, e há a indicação do Ministerio da saude, com a
148 normativa nº 1034 que fala da participação complementar de empresas privadas no SUS.
149 Destacou que há a constatação fática da demanda do município de Pamas. A estruturação
150 necessária dos serviços não é realizada da noite para o dia, tudo no serviço público é muito
151 lento, os processos são burocráticos. Complementou em sua fala que a lei 866 é de
152 competência da União e o município não pode interferir na mudança dela. Citou o autor Jacobi
153 que fala sobre o sistema de credenciamento, que de ilegal não há na sua prática. Ressaltou
154 que é um atraso para os municípios usar o tempo todo a forma de licitação. Dra. Vaneska, se
155 coloca a disposição para qualquer esclarecimentos. MARCO SANTONIO SOARES
156 parabenizou a advogada pela explanação. Questionou o que a comissão de finanças fala sobre
157 essa questão do credenciamento. LUIZ FERNANDO NEIFE presidente da comissão de
158 finanças respondeu não foi o CMS que fez a denúncia sobre a contratação entre as empresas,
159 as denúncias que chegaram ao conselho através da mídia. Destacou que não há coerência
160 entre o que esta no papel e o que é praticado. Dra. Vaneska questionou o conselheiro,
161 solicitando o que é atividade fim? LUIZ FERNANDO NEIFE definiu Atividade-fim como
162 atividade que identifica a área de uma empresa, na qual são desenvolvidas processos de
163 trabalho que dão característica evidente às ações que por definição constituem o objetivo para
164 o qual a empresa foi criada, exemplificou uma empresa que presta Assessoria Jurídica a
165 terceiros, tem como atividade-fim a prestação de serviço de Assessoramento Jurídico, citou
166 ainda como exemplo a atividade de um caixa de Banco comercial, é uma atividade-fim,
167 enquanto um faxineiro do banco desenvolve atividade-meio. Os Analistas de Crédito, e demais
168 gerentes envolvidos no controle dos recursos financeiros e econômicos são atividades voltadas
169 para a área-fim do Banco. Enfatizou que não pode se quarteirizar os serviços. Enfatizou que a
170 contratante deve ser responsável pela execução do contrato, observar por exemplo se a carga
171 horária dos servidores está sendo respeitada. Destacou que o CMS não está questionando o
172 descredenciamento da empresa Techcapital. Questionou se o teste de esforço está em
173 contrato? o proprio conselheiro respondeu que empresa não o faz, por que a própria empresa
174 diz que não é viável. Dra Vaneska – esclareceu que sobre o aspecto jurídico do creenciamento
175 é legal. Informou que desde de 2012 havia contrato com empresa Cardio Center, no entanto,
176 se retirou alegando que não concordava com os preços da tabela SUS, impraticável pela
177 empresa. Enfatizou que o Serviço público não pode obrigar qualquer empresa a se credenciar.
178 Questionou se a empresa Techcapital foi a única que se ofereceu, após o
179 descredenciamento da empresa Cardio Center.? Relatou que quando se credencia o CNPJ de
180 uma empresa, credencia a empresa no todo dela, equipamentos e estruturas do serviço.
181 Lembrou que no edital de credenciamento, deve haver os critérios necessários e mínimos.
182 Ressaltou que deve haver uma comissão especifica para esse fim e devidamente
183 regulamentada, para oficialização da proposta e acompanhamento dos serviços, essa
184 comissão deve ser notificada caso haja alguma irregularidade do não respeito aos critérios
185 preestabelecidos na prestação de serviços. Destacou que a atividade fim deve ser feita pela
186 gestão(contratante). A regulação que regula se procedimento é urgente ou não, deve ser
187 colocado na PAC do paciente, deve ser uma ação médica de classificação e isso é respeitado.
188 Enfatizou que atividade fim da saúde é gerir saúde. Salientou que quando se terceriza um



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

189 serviço, você não está terceirizando a atividade fim, questionou atualmente a gestão tem a
190 relação do Ministério do Trabalho sobre a ilegalidade de empresas?. LEONEL DOS SANTOS
191 VAZ esclareceu a o conselheiro que o CMS tem a autonomia para solicitar ao Ministério do
192 Trabalho informações sobre a legalidade dos profissionais na empresa. LUIZ FERNANDO
193 NEILFE declarou que não se sentiu esclarecido pela expositora indicada pela SEMUS,
194 considerando que sua solicitação objeto do contrato inicial e a execução do mesmo, não foram
195 atendidas. WISLLAY MACIEL BASTOS fez a apresentação dos exames que são oferecidos
196 pela empresa e quanto o SUS paga e ainda apresentou o valor complementar exemplificou
197 radiografias nas UPAs. LUIZA REGINA DIAS NOLETO questionou quantas empresas são
198 credenciadas e quais foram denunciadas? WISLLAY MACIEL BASTOS respondeu a Luiza
199 Regina que são mais de 30 empresas credenciadas. Apresentou quantitativos de radiografias
200 realizadas nas UPAs Sul e Norte, ECG nas UPAs, Holter, MAPA, Mamografia, teste de esforço
201 (não está sendo ofertado por devido a falta de profissionais), demanda reprimida e o ganho da
202 empresa pela prestação dos serviços. LEONEL DOS SANTOS VAZ questionou se a SEMUS
203 tem como fazer o levantamento do custeamento, agendamentos e o motivo do não
204 comparecimento dos usuários para realizar os exames?. WISLLAY MACIEL BASTOS
205 informou que tem dificuldade para o preenchimento da agenda, para que todos os pacientes
206 estejam presentes. Saliu que a demanda de procedimentos é muito maior, e há a
207 incapacidade financeira da SEMUS. Enfatizou que há dívidas da União e do Estado para com o
208 município, sem previsão de pagamento. Informou que a empresa até o momento já recebeu
209 mais de R\$ 1.800.000,00. Informou ainda, que a SEMUS tem a relação de todos os pacientes
210 beneficiados e com a nomeação dos usuários, comunicou que esses dados podem ser
211 observados pela web. LUIZ FERNANDO NEILFE ressaltou que continua insatisfeito com as
212 justificativas e as informações prestadas pela SEMUS. Destacou que se a empresa perde mais
213 de 4 milhões por estar atendendo ao serviço público, os profissionais podem estar trabalhando
214 além da jornada? WISLLAY MACIEL BASTOS respondeu que todos os equipamentos são da
215 empresa. Dr^a Waleska informou que entende as dúvidas trabalhistas do conselheiros Luiz
216 Fernando Neilfe destacou que qualquer empresa para participar do credenciamento, precisa
217 apresentar certidões negativas de isenção de ações trabalhistas, jurídicas e fiscais. Explicou
218 que no contrato está claro esta previsão de responsabilidade da empresa, o cumprimento das
219 leis trabalhistas. Enfatizou que a SEMUS não contrata recursos humanos para a empresa, é de
220 total responsabilidade da empresa. Informou que quando uma empresa se credencia, é regida
221 sobre as norma e regras do serviço público. Explicou que as responsabilidades trabalhistas não
222 é da SEMUS e sim, dos profissionais, devem questionar junto ao Ministério do Trabalho.
223 LEONEL DOS SANTOS VAZ sugeriu a comissão de fiscalização e ouvidoria para visitar as
224 instalações da empresa, analisar a documentação e situação da empresa, elaborar relatório
225 para a próxima reunião. MARCOS ANTONIO SOARES solicitou o acompanhamento da
226 comissão de finanças também nessa visita e análise da empresa. FAGNER ARAUJO LUZ
227 questionou sobre a entrega de exames, há um acompanhamento da efetividade desse sistema
228 de notificação dos usuários do resultado, de entrega? WISLLAY MACIEL BASTOS informou
229 que montou uma central de ligação para melhor efetividade dos resultados e acesso dos
230 usuários, e não com a participação dos agentes comunitarios de saude-ACS. O visitante
231 Vanderley levantou, perguntou ao presidente se poderia fazer uma pergunta ao conselheiro e
232 secretario executivo da saúde de palmas? LEONEL DOS SANTOS VAZ respondeu que sim, o
233 visitante Vanderley informou que foi aprovado em 1º lugar no concurso realizado pela Prefeitura
234 de Palmas para técnico em radiologia, sendo que a prefeitura criou 05 vagas para o concurso.
235 Relatou que tem pessoas no quadro reserva aguardando ser chamado. Enfatizou que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

236 empresa ofereceu o serviço credenciado e há pessoas para serem chamados no concurso.
237 Que lógica é essa da prefeitura de Palmas? Dra. Vaneska informou que não há incoerência e
238 não há ilegalidade. Os concursos são gerados devido a utilização dos recursos SUS, diferente
239 dos credenciamentos. Os concursos são de gerenciamento do serviço público. Na época foi
240 criado o número necessário para quadro reserva, porque naquele momento havia essa
241 necessidade. **ITEM 09 Conjuntura Econômica.** LEONEL DOS SANTOS VAZ informou que
242 solicitou essa pauta, devido a conjuntura nacional, estadual e do município de Palmas, na
243 questão econômica. Destacou que é importante saber que o pagamento da dívida pública não
244 pode deixar de ser paga, pode deixar de pagar salário, mas a dívida pública, não pode deixar
245 de pagar. Considerou que a nível estadual, o Estado irá fazer empréstimo para pagar o 13º
246 salário, aproximadamente 300 milhões. Ressaltou que o município tende a ter um recuo de
247 aproximadamente de 19 milhões. Citou a diminuição de repasses para todos os níveis,
248 estadual e municipal. Enfatizou que para o município acredita-se que vai ser na ordem de 60
249 milhões. Informou que o legislativo municipal recebeu recursos maiores que, por exemplo, que a
250 secretaria de segurança. Esse é um sinal de alerta para os gestores e trabalhadores. MUCIO
251 BRECKENFELD FERNANDES destacou que há uma falta de seriedade do próprio governo
252 federal. RENATA MOREIRA lembrou deve haver pressão popular na conferência nacional de
253 saúde para haver mudanças dos gastos públicos, diante do quadro apresentado pelo
254 presidente Leonel do CMS. LEONEL DOS SANTOS VAZ respondeu que houve demissões, e
255 questionou quem foi demitido? os comissionados?. Esclareceu que a arrecadação própria do
256 município não chegou a 25%. Houve mais de 400 pessoas demitidas. LUIS FERNANDO
257 NEINFE informou que muitos dos demitidos foram os varredores de rua, referindo ao município
258 de Palmas. **ITEM 10 Comunicação breve/ Informes dos Conselheiros Municipais de Saúde**
259 RENATA MOREIRA informou que esteve no evento promovido pela ABRASCO – Associação
260 Brasileira de Saúde Coletiva, representando a UFT, com vários conselhos municipais de
261 saúde (CMS) participando em grupos de trabalho (GT) e sentiu falta do CMS de Palmas.
262 Comunicou que em 2016 acontecerá duas conferências importantes: mundiais de medicina da
263 família e; promoção mundial para a saúde. Destacou a importância da participação dos
264 conselheiros do CMS, Comunicou que participará da conferência mundial para a saúde como
265 estudante e vai custear do próprio bolso. **JOÃO CARDOSO LIMA (UBALDO)** com relação ao
266 ponto de pauta sugerido para essa reunião e não foi contemplado com relação aos bares,
267 sugeriu para os responsáveis, seja da vigilância ou outro setor, que seja cobrado alvará de
268 licença para funcionamento. Essa falta de cobrança do poder público gera incentivo para a
269 desestruturação das famílias, gera violências, doenças à comunidade desenvolvendo
270 alcoólatras, suicídio às famílias e pacientes. Isso precisa urgente ser controlado pelo poder
271 público, reivindica novamente um ponto de pauta para a próxima reunião. JOSEANE ARAUJO
272 FRANCO respondendo a Renata informou que há uma proposta no plano de ação da comissão
273 de planejamento e finanças para a participação de conselheiros em eventos externos com
274 custeio do CMS. Informou que participou do evento de enfermagem em Brasília, o VII
275 ENFCENTROESTE E TOCANTINS, e ao término do evento foi elaborado uma carta pelos
276 profissionais que mostrou a preocupação com os rumos da saúde pública, nessas regiões
277 centroeste e Tocantins que será encaminhada via e-mail aos conselheiros. Informou também
278 que em decisão de nº foi determinado pela justiça federal do Tocantins, por meio de ação civil
279 pública do Ministério público federal, a anulação da eleição e a perda do mandato dos
280 empossado do COREN TOCANTINS, por fraude nas eleições do COREN no ano 2013.
281 Declarou que o COREN TOCANTINS no momento está sob intervenção do COFEN para
282 realização de novas eleições imeditas. MARCOS ANTONIO SOARES informou que participou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

283 de evento sobre a discussão do profissional psiquiatra dentro do sistema prisional (presídio),
284 possui uma proposta de mutirão para colocar um profissional de psiquiatria na unidade
285 prisional, foi aprovado essa iniciativa. Informou que na quadra 1106 sul, haverá uma missa, em
286 solicitação da população em intenção a Giancarlo– foi fundado o partido dos profissionais da
287 saúde – PNS e todos são convidados a participar e filiar. Enfatizou que precisa de um número
288 de no mínimo de 800 assinaturas de apoio para funcionamento do partido no TO, não é de
289 filiação, e sim de apoio, inicialmente. LUIZA REGINA DIAS NOLETO informou sobre o
290 orçamento, o estado começou as audiências públicas (8 consultas) 1 por região, começou em
291 Tocantinópolis. Comunicou ainda que o governo colocou o Dialoga Brasil para contribuir com
292 as propostas. WISLLAY MACIEL BASTOS informou que o município de palmas atingiu superou
293 a meta de 100%, depois de 10 anos. **ITEM 11 –Comunicação breve/ Informes dos**
294 **Conselheiros Locais de Saúde. tem 11 – Comunicações breves / informes dos**
295 **conselheiros locais de saúde.** EDSON – solicitou apoio do CMS que atua constante na
296 continuidade do SUS e atenção a USF da região do São João, aos poucos sendo “desimada”.
297 Declarou que estivemos no dia 7 de setembro em uma reunião local e com grande participação
298 da comunidade, comunicou que há falta de profissionais, alguns entram de férias e não
299 colocam outros profissionais para substituir, com isso os serviços não acontecem. Informou que
300 os profissionais odontólogos tiveram que sair por falta do ACD. Comunicou que trouxe alguns
301 documentos e ofício solicitando explicações sobre a situação da USF da comunidade São João
302 para conhecimento dos conselheiros sobre a atuação do conselho local de São João. Sugeriu
303 que os informes dos conselhos locais, fossem mais cedo, para serem expostos, tendo em vista
304 a distancia o local onde moram. LUIZ FERNANDO NEIFE sugeriu que a comissão de
305 fiscalização e ouvidoria possa conhecer essa realidade e emitir um parecer. WISLLAY MACIEL
306 BASTOS questionou quais as datas que esse documentos foram protocolados na SEMUS e
307 que infelizmente, não teve acesso a essa situação. Concordou que o CMS tem que verificar,
308 mas a SEMUS também irá apurar essa situação. MARCOS ANTONIO SOARES – a comissão
309 de fiscalização e ouvidoria ira acompanhar o processo. ENCAMINHAMENTO: Ofício para entrar
310 em pauta na próxima reunião para discutir a situação da ESF da região São João. LEONEL
311 DOS SANTOS VAZ – Aprovação do ofício para a audiência públicas APROVADO por
312 unanimidade. Não houve informes dos conselheiros locais. Não havendo mais o que tratar,
313 encerrou a reunião às 17:30 que foi relatada por mim Joseane Araújo Franco, segunda
314 secretária da mesa diretora do conselho Municipal de Saúde.-----
315 -----